

## PLANO DE LUTAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS

- Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais no estado de São Paulo, para enfrentar a agenda neoliberal e de extrema-direita do governo Tarcísio de Freitas;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Lutar pelo fortalecimento do SUS como garantia de saúde pública de qualidade;
- Lutar por uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada para todas e todos; assim como lutar pelo fim da violência nas escolas, bem como o assédio moral contra os trabalhadores e as trabalhadoras da educação;
- Aplicação da Meta 17 do Plano Estadual de Educação, que determina a equiparação dos salários dos professores e professoras à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior;
- Revogação da Portaria nº 06, de 2019, que impõe regras inaceitáveis para a atribuição de aulas dos professores e professoras estaduais;
- Lutar contra a militarização das escolas públicas;
- Por uma política de segurança nas escolas de caráter educativo, humanista e civilizatório;
- Lutar pela construção democrática e pela implementação do Plano Estadual de Educação;
- Lutar pela acessibilidade nas escolas em respeito às pessoas com deficiência;
- Lutar contra a redução dos recursos da educação no estado de São Paulo de 30% para 25% do orçamento como pretende o governo Tarcísio de Freitas;
- Apoiar incondicionalmente a luta dos professores e das professoras da rede estadual pela revogação da carreira por subsídio (LC 1374/2022) e da Lei Complementar 173, garantindo a recuperação da contagem do tempo de serviços dos anos de 2020 e 2021;
- Apoiar a luta pela garantia da classificação dos professores e professoras por tempo de serviço e não por jornada de trabalho, com processo de atribuição de aulas presencial, de forma justa e transparente;
- Lutar para que os governos do estado de São Paulo e municipais paguem os Piso Nacional do Magistério como salário-base;
- Apoiar a luta pela revogação do Novo Ensino Médio e pelo fim da Escola de Ensino Integral na rede estadual que não passa de uma cilada e, ainda, promove a exclusão;
- Defender um ensino público, gratuito e de qualidade para os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras e escolas de ensino integral com gestão democrática, condições de trabalho para os educadores e educadoras e para o processo de aprendizagem dos estudantes;
- Pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial; e pelo fortalecimento da luta por trabalho decente e geração de emprego e renda como parte da luta pelo desenvolvimento sustentável; 45
- Pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contra as medidas que precarizam o trabalho;
- Incentivar e articular centros de referência de acolhimento para trabalhadores e trabalhadoras, contribuindo e incentivando para que estruturas coletivas sirvam de

apoio para o trabalhador e a trabalhadora enfrentarem as dificuldades, assim como buscarem esperança de um futuro melhor num contexto de solidariedade;

- Lutar para garantir igualdade de gênero, liberdade e autonomia para as mulheres trabalhadoras;
- Combater todas as formas de violência contra a mulher;
- Combater todas as formas de discriminação e de preconceito racial;
- Lutar para defender e garantir o direito da criança e do adolescente;
- Defender o meio ambiente em uma luta articulada com a defesa de uma Política Nacional de Transição Justa;
- Lutar pela reforma urbana e pelo direito à moradia;
- Incentivar e divulgar alternativas de produção econômica solidárias;
- Lutar por um transporte público de qualidade e pela implantação do vale-transporte social que isenta de pagamentos de tarifas dos transportes públicos (metrô, ônibus e trem) os aposentados, aposentadas, os estudantes e os desempregados e desempregadas;
- Lutar pela aprovação do PL 572/2022 que cria a Lei Marco Nacional Sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas sobre direitos humanos e empresas, permitindo a aplicação de normas nacionais e internacionais de proteção;
- Pelo fortalecimento dos conselhos e fóruns de participação popular, nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento rural, moradia, entre outros, enquanto espaços essenciais para a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas;
- Pela democratização da comunicação;
- Pela ampliação dos programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Vale Gás;
- Pela efetiva implementação da Lei de Cotas para pessoas com deficiência no setor público e privado (Lei nº 8.213/1991); lutar pela acessibilidade nos espaços públicos em respeito às pessoas com deficiência;
- Lutar pela implementação de uma política industrial no estado de São Paulo na busca pelo crescimento econômico, geração de emprego decente e distribuição de renda;
- Pela valorização dos serviços públicos e pela aplicação das receitas mínimas regulamentadas das políticas sociais, fortalecendo a luta contra as privatizações e terceirizações na educação, saúde, saneamento, habitação e demais políticas sociais que asseguram os direitos básicos de cidadania;
- Lutar pela realização dos concursos públicos no estado de São Paulo e municípios e pela derrubada do veto do governador de São Paulo ao Projeto de Lei que estabelece concurso público cada vez que houver 5% de cargos vagos;
- Apoiar a luta pela recuperação de direitos retirados ainda no governo Doria/Garcia como falta abonada, falta médica, entre outros;
- Lutar para que o governo do estado cumpra a data base (1º de março) do funcionalismo estadual; 46
- Lutar para que os governos municipais cumpram as datas-bases das categorias do funcionalismo público;

- Lutar para que seja implementada a Lei 1238, de 2007, que criou o Conselho do Funcionalismo;
- Lutar pelo fortalecimento, democratização da gestão e mais descentralização do atendimento médico do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (IAMSPE);
- Combater a política de terceirizações para às Organizações Sociais (OSs) que tem causado prejuízos graves, resultando em filas, falta de atendimento e atrasos nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) e hospitais;
- Lutar pela isonomia salarial entre ativos e aposentados e aposentadas;
- Lutar pelo pagamento imediato dos precatórios;
- Lutar pela revogação das reformas Trabalhista e Previdenciária e intensificar a luta contra a reforma Administrativa nos âmbitos federal, estadual e municipais;
- Lutar pela Reforma Agrária, regularização fundiária dos pequenos posseiros e em defesa da agricultura familiar e da segurança alimentar;
- Lutar por ações e políticas emergenciais de combate à fome e pelo desenvolvimento humano das populações rurais e por uma agricultura familiar com transição agroecológica, livre de agrotóxicos e regenerativa;
- Lutar contra a privatização das terras públicas do estado de São Paulo. Lutar, por meio de mobilizações, para que o Supremo Tribunal Federal suspenda os efeitos da lei estadual 17.557, de 2022, que, a pretexto de regularizar as terras devolutas, entrega a terra grilada aos próprios fazendeiros possuidores de grandes áreas de terras públicas;
- Lutar para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) encaminhem e viabilizem a adjudicação de terras penhoradas de devedores da União para fins de reforma agrária;
- Lutar pela garantia do acesso à água, com a instalação de poços artesianos como medida de necessidade emergencial;
- Lutar por conectividade e pela melhoria da qualidade das comunicações nas periferias urbanas e na zona rural paulista com a elevação da qualidade de sinal das redes de telefonia celular e internet;
- Pelo investimento em educação, saúde, cultura e lazer no campo, considerando a necessidade específica desses territórios;
- Denunciar o uso desmedido de agrotóxicos, principalmente despejado por aviões, que está contaminando trabalhadores e trabalhadoras, crianças, animais, além os recursos naturais das áreas próximas e a qualidade da água;
- Lutar pela regularização fundiária das terras quilombolas e pela demarcação das terras indígenas no estado de São Paulo;
- Pela revitalização dos antigos projetos dos “Bancos da Terra” do governo FHC e investimentos nos projetos de Crédito Fundiários; 47
- Por políticas emergenciais de combate ao trabalho análogo à escravidão no campo, principalmente com a recomposição do orçamento das ações de fiscalização e ampliação dos Grupos Móveis;
- Revisar as regras previstas na legislação previdenciária, assegurando aos assalariados e assalariadas rurais a seguridade social;

- Defender o direito de greve;
- A CUT orienta seus sindicatos filiados a desenvolver a Organização no Local de Trabalho (OLT) por meio dos delegados e das delegadas sindicais ou comissões sindicais de base nos locais de trabalho. No caso de muita fragmentação, poderiam existir comissões sindicais de base por região;
- Estabelecer ações além daquelas já praticadas no local de trabalho, contemplando, a dimensão da moradia e dos espaços de lazer dos trabalhadores e das trabalhadoras. Consolidando, dessa maneira, um sindicalismo unitário: ações conjuntas de visita no local de trabalho e ações de rua com várias categorias. Promover um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Lutar contra a terceirização e quarteirizações dos setores públicos;
- Defender a organização de empreendimentos da economia solidária;
- Promover a cultura como facilitadora da organização sindical;
- ACUT orienta seus sindicatos filiados a utilizar os espaços de organização já existentes, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), para fortalecer a luta em defesa da saúde e segurança no trabalho. Deve intensificar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho e meio ambiente, mobilizando-os na defesa de melhores condições de trabalho e de salário, impedindo, dessa forma, a criação de comissões de negociação controladas pelas empresas;
- Garantir o fortalecimento e a expansão da formação sindical e o fortalecimento do Plano Nacional de Formação;
- A CUT dará continuidade ao projeto de revitalização da Escola Sindical São Paulo, ampliando os sindicatos filiados e ramos;
- ACUT deve contribuir com os ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-bases das categorias;
- ACUT e a Escola Sindical São Paulo deverão continuar contribuindo para o fortalecimento das negociações coletivas, ampliando o curso de negociação coletiva;
- A negociação coletiva é um espaço que deve ser valorizado na estratégia de envolver, além dos trabalhadores e trabalhadoras formalmente contratados, os PJs (Pessoas Jurídicas), MEIs (Microempreendedores), estagiários, terceiros, intermitentes, trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos e outros;
- Desenvolver ações, no âmbito dos Macrossetores, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva e de ações unitárias envolvendo diferentes categorias;
- Os sindicatos devem realizar ações na região, focadas nos bairros, com mapeamento de desempregados e desempregadas e demandas para encaminhar ao poder público. Realizar ações de cidadania, alimentação, saúde, trabalho e transporte para os moradores e moradoras, envolvendo a sociedade com os sindicatos;
- A CUT deve orientar os sindicatos filiados a acompanhar os trabalhadores e trabalhadoras demitidos por meio de cadastramento; realizar orientação quanto às políticas públicas de emprego, desenvolver atividades específicas para esse público, fomentar a organização para reivindicar do poder público políticas de emprego e de apoio ao desempregado e desempregada (cozinhas comunitárias, restaurantes populares);

- Fortalecer o DIEESE por meio das suas subseções e da realização de parcerias;
- Que entidades filiadas desenvolvam ações voltadas a ampliar a participação das mulheres em seus espaços de direção e de representação, bem como nas mesas de negociação;
- Intensificar as ações das subsedes da CUT-SP, valorizando seu papel estratégico em todas as regiões do estado;
- Aproveitando-se da tecnologia disponível, a CUT-SP, por meio de suas subsedes e ramos, deverão ser polos de organização que ajudem os sindicatos a se organizarem, com metodologias, projeto de comunicação, campanha de sindicalização, entre outros aspectos;
- Estimular a criação da secretaria de Meio Ambiente e secretarias temáticas nos sindicatos e entidades CUTistas e seus respectivos coletivos nas subsedes da CUT-SP;
- A CUT deve organizar com suas entidades filiadas uma ampla campanha em defesa dos sindicatos, divulgando e elucidando seu papel e atuação decisiva na conquista e na manutenção de direitos;
- Ampliar e fortalecer a comunicação da CUT-SP;
- Fortalecer o trabalho com a juventude, considerando seu referencial político e ideológico da classe trabalhadora;
- Intensificar as políticas da CUT voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência e LGBT+.
- Intensificar e fortalecer às lutas pelo combate ao trabalho escravo e à terceirização no meio rural;
- Reivindicar, junto ao Ministério do Trabalho, a criação de um Programa Integrado de Fiscalização nos setores canavieiro e de citricultura do estado de São Paulo de modo a alcançar em conjunto a mesma empresa/grupo em todas as suas unidades;
- Lutar para que o governo federal crie dispositivos legais para reprovar contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de empresas/grupos da agroindústria ou do agronegócio flagradas ou denunciadas por práticas de precarização das condições de trabalho por meio de trabalho análogo à escravidão;
- Unificar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade por jornada de trabalho de 40 horas semanais ou 5x2, com descansos remunerados aos domingos;
- Lutar para garantir que as homologações de rescisões de contrato de trabalho voltem a ser feitas nos Sindicatos da respectiva categoria;
- Promover fóruns específicos de debates e encaminhamentos sobre as condições de trabalho, retrocessos e evoluções no campo ou na cidade;
- Lutar por políticas públicas de contrapartida socioambiental por parte do agronegócio brasileiro como, por exemplo, a reversão de dívidas públicas do agronegócio em terras a serem destinadas exclusivamente para a Reforma Agrária.

\*Durante o 16º Cecut foram incluídas emendas no Plano de Lutas